
SER Social

TRINTA ANOS DE CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Brasília, v. 21, n. 44, janeiro a junho de 2019

Editorial

No dia 05 de outubro de 2018, a Constituição Federal brasileira completou trinta anos de existência. É a sétima Constituição do país e a mais recente a consolidar a transição de um período ditatorial para um regime democrático. Na Carta, que contou com a participação popular, rompe-se com o autoritarismo da Constituição de 1967 – elaborada na ditadura civil-militar brasileira –, coloca-se fim à censura, garante-se a liberdade de expressão e assegura-se um diverso rol de direitos civis, políticos e sociais, todos de responsabilidade do Estado. Ainda que o primado do mercado e da propriedade privada tenha sido preservado incólume como sustentáculo de um conjunto de normas que respaldam a acumulação e a hegemonia do capital, e a supremacia dos interesses burgueses, esta Constituição destacou-se por ampliar direitos à classe trabalhadora, antes inexistentes ou que haviam sido suprimidos ou ainda que já existiam em legislações específicas, mas subiram de *status*, passando a ser salvaguardados em âmbito constitucional.

Foi a partir da Constituição Federal de 1988 que políticas sociais como educação, segurança alimentar e nutricional, trabalho,

habitação, transporte, lazer e seguridade social (saúde, previdência e assistência social), tornaram-se direito de todos. Ademais, nela o racismo tornou-se crime inafiançável e imprescritível; às comunidades indígenas ficou assegurada a posse de suas terras (mediante demarcação); a terra passou a ter função social; e a classe trabalhadora (urbana e rural) contou com proteções expressas na redução da jornada de trabalho, no direito às férias, ao décimo terceiro salário, ao seguro desemprego, à greve, à liberdade sindical, à ampliação da licença-maternidade, à salubridade no ambiente laboral.

Entretanto, passadas três décadas de sua promulgação, temos assistido aos brutais e incessantes ataques, ao desmonte dos direitos – arduamente conquistados – por ela assegurados e à ruína dos princípios que a orientaram, como democracia, equidade, universalidade, participação. O Golpe de Estado, que culminou com a condução de Michel Temer à Presidência da República, em 2016, inscrito na tradição neodireitista (neoliberal e neoconservadora), aprovou o retrocesso expresso na Reforma Trabalhista e luta pela aprovação da Reforma da Previdência, pelo fim do Sistema Único de Saúde, pela mercantilização desenfreada das políticas urbanas e de habitação, pela insegurança alimentar legalizada nas escolas, pela privatização da educação. Assiste-se, igualmente, ao acirramento do racismo, do machismo e da LGBTfobia, aliado ao clamor de parcelas significativas da população brasileira pelo retorno de práticas antidemocráticas como a censura, o fim do pensamento crítico, a intervenção militar.

Tendo em vista a importância e a complexidade deste momento histórico, expressos em contradições, antagonismos e lutas sociais, a revista *SER Social* reuniu importantes contribuições de autores (as) e pesquisadores(as) na abordagem do tema proposto. Embora a temática seja ampla, os artigos, entrevista, ensaio e resenha que compõem a presente edição abrangem algumas de suas mais importantes facetas e alcançam debates urgentes sobre as reformas regressivas nas políticas sociais de assistência, previdência, habitação, trabalho e educação, e nos direitos civis individuais. Vale ressaltar que, em razão do corrente tema se referir a especificidades da atual conjuntura brasileira, este número não contou com artigo internacional.

A fotografia que estampa a capa desta edição, de autoria de Reynaldo Stavale e pertencente ao acervo da Câmara dos Deputados, resgata a participação das crianças, em destaque para as que compunham o Movimento Nacional de Meninas e Meninos de Rua (MNMMR), nas lutas coletivas para a construção da Constituição Federal que, naquele momento, ainda estava sendo gestada. Hoje, passados 30 anos de sua promulgação, a Constituição Cidadã enfrenta ataques com uma violência nunca antes testemunhada e sofre com novas ameaças de desmontes para o ano de 2019. Espera-se, com esta edição da *SER Social*, contribuir para a salvaguarda dos direitos constitucionais e fornecer subsídios teóricos para as batalhas por equidade, democracia e justiça.

Brasília, 29 de novembro de 2018

Comissão Editorial Revista Ser Social